



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

21/01/2019 ATÉ 21/01/2019

INDÍCE

1	DECISÕES	
1.1	BLOG LUDWIG ALMEIDA.....	1
2	ESMAM	
2.1	BLOG PÁGINA 2.....	2

Defensoria vai apurar possíveis irregularidades referentes a cortes de energia

19/01/2019 00:00:00

A Defensoria Pública do Maranhão abrirá procedimento de tutela coletiva para apurar possíveis irregularidades referentes ao corte de energia elétrica em horário não permitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A decisão de investigar tal prática se deu em razão da manifestação realizada pelos prestadores de serviços da Companhia Energética do Maranhão (Cemar), nesta sexta-feira, em frente ao Tribunal de Justiça do Maranhão, após homicídio de dois terceirizados da Cemar, ocorrido, recentemente, no Sítio Natureza.

Durante a manifestação, a categoria informou que os trabalhadores realizam corte de energia durante a noite ou realizam buscas por fraudes de energia durante a madrugada. Situações, que segundo os manifestantes, põem em risco a vida dos trabalhadores. Segundo a Aneel, a distribuidora deve adotar o horário de 8h às 18h em dias úteis, para a execução da suspensão do fornecimento da unidade consumidora. As informações são da Defensoria Pública do Maranhão.

ESMAM capacita profissionais para atuarem como conciliadores e mediadores do Poder Judiciário

Em 21 de janeiro de 2019

O presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (Nupemec-TJMA), desembargador José Luiz Almeida, abriu, nesta segunda-feira (21), as atividades da nova turma do Curso de Formação em Conciliação e Mediação Judicial, o primeiro promovido pela Escola Superior da Magistratura (ESMAM) em 2019.

O desembargador recebeu os 31 participantes e disse que, diante do aumento das demandas judiciais e dificuldades pelas quais passa o Judiciário para solucionar os conflitos, é necessário disseminar a cultura da conciliação. Ele citou vantagens do método autocompositivo não adversarial de resolução de disputas, ressaltando que, além de garantir celeridade, nas audiências de conciliação as partes convergentes tendem a sair do conflito de forma mais harmoniosa do que pelas vias judiciais mais comuns.

“O Código Civil conclama as partes envolvidas no processo, advogados, procuradores, defensores e juízes a adotarem a via alternativa da conciliação para resolver questões judiciais a pequena e médio prazos, possibilitando o acesso do cidadão a uma ordem jurídica justa”, enfatizou.

Nos últimos dois anos, a ESMAM promoveu a formação de 267 conciliadores e mediadores judiciais, grande parte está atuando ativamente nos centros de conciliação estaduais. A iniciativa impulsiona a política de conciliação e mediação do Poder Judiciário do Maranhão, incentivando métodos alternativos de resolução de conflitos nas mais diversas áreas.

Desde dezembro de 2017, a escola judicial maranhense recebeu parecer favorável da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) para a realização, por prazo indeterminado, de cursos de formação de mediadores judiciais com certificação nos moldes da escola nacional.

FORMAÇÃO

A turma é formada por servidores do Judiciário e acadêmicos previamente selecionados por instituições de ensino superior parceiras do Nupemec. A formação é ministrada pelas instrutoras Ivane Rodrigues Pinto, Maíra Lopes Castro, Hildacy de Fátima Feitosa Paixão, Aline Sousa Cruz Dutra - mediadoras e conciliadoras judiciais e extrajudiciais capacitadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Com carga horária de 100 horas, o curso é composto de dois módulos: teórico (40 horas) e estágio supervisionado (60 horas), além de avaliação e dinâmica de encerramento. A primeira fase será realizada na sede da Esmam, de 21 a 25 de janeiro.

O estágio supervisionado obrigatório (60 horas), que deverá ser cumprido sob termo de compromisso e adesão, acontecerá nos centros judiciários de solução de conflitos, localizados em São Luís.

ABORDAGEM

Além dos aspectos técnicos relativos à formação de conciliadores, o curso tem como objetivo caracterizar a postura do ser humano frente ao conflito e as diversas abordagens de sua resolução, identificando os efeitos da atuação facilitadora na produção de resultados satisfatórios para as partes em conflito.

Os candidatos também serão treinados para identificar o conceito, os elementos e o escopo do processo de mediação; os indicadores de qualidade que mensurarão o grau de sucesso da mediação e guiarão o processo de certificação dos mediadores; e a mediação como componente da política pública do Poder Judiciário para a disseminação de uma cultura de paz.

De acordo com a proposta formativa, os participantes também aplicarão as 12 ferramentas utilizadas pelo mediador para estimular as partes a identificarem possíveis soluções para o conflito: sessões privadas, afago, recontextualização, validação de sentimentos, audição de propostas implícitas, silêncio, inversão de papéis, geração de opções, normalização, organização de questões e interesses, enfoque prospectivo e teste de realidade.

Ao concluir a formação, o candidato deverá atuar, por 12 meses, como mediador/conciliador voluntário no Tribunal de Justiça, sendo considerado para computo desse período o tempo de estágio realizado.